

Senado vai vetar hoje projeto do Batalhão Escolar

A Comissão do Distrito Federal deve indeferir amanhã, em sessão que ocorrerá às 11h, o anteprojeto de lei do Distrito Federal, elaborado pela deputada Márcia Kubitscheck, referente à criação do Batalhão Escolar da Polícia Militar. A recusa respeitaria o parecer contrário do relator Saldanha Derzi que, na sua avaliação, considerou impróprio ao Executivo local a tarefa de formular propostas relacionadas à área de segurança, cuja administração financeira é de responsabilidade de organismos federais.

Nesse raciocínio, também a Comissão estaria impedida de legislar sobre o assunto, tornando-o de responsabilidade exclusiva da Presidência da República, na questão da autoria de projeto, e do Congresso Nacional como um todo, no tocante à avaliação e aprovação da medida. Segundo Márcia Kubitscheck, caso se confirme a tendência, seria "lamentável para a comunidade do Distrito Federal ver prorrogado o atendimento de um antigo anseio". A parlamentar não entende como correta a justificativa do relator, argumentando que a própria Constituição Federal, nas Disposições Transitórias, considerou a Comissão como Assembléia Legislativa do DF.

Disse que o Batalhão Escolar permitiria ao governo local conceder ao cidadão maior segurança nas escolas, evitando seqüelas ocorrências como assassinatos e depredações. Saldanha Derzi ressalta que seu parecer não afasta de maneira definitiva a idéia da corporação, que seria criada com a aprova-

ção de projeto do Executivo que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. Ao optar por esse caminho, revelou que pesou em sua análise a questão tempo — no seu entender, o projeto da comissão percorreria um trajeto mais longo, adiando a constituição do efetivo para proteção às escolas.

A polêmica em torno da aplicação da medida promete recrudescer com o indeferimento da Comissão do DF e o previsível esquecimento da proposta na Câmara. O projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional em oito de março passado, com o propósito de proteger os alunos da rede oficial e particular de ensino. O novo batalhão, caso efetivado, terá um contingente de 1 mil 493 policiais, sendo 222 integrantes da corporação feminina, todos aprovados por concurso público.

Quando do envio da proposta pelo presidente José Sarney, a expectativa era de que fosse votada imediatamente após a instalação das 16 comissões técnicas da Casa, cuja incumbência refere-se ao exame de todas as matérias encaminhadas pelo Poder Executivo. O Batalhão Escolar vem sendo proposto desde o ano passado, após o assassinato da estudante Dilza Lourenço Lopes em sala de aula, vítima de um disparo destinado a um companheiro de turma. A decisão do governo veio em seqüência à ação contundente dos marginais em estabelecimentos de satélites como o Gama, que alcançou seu ápice com o esfaqueamento da aluna Juliana Alves Nunes, na Escola Normal de Ceilândia.